



## COLUNA ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI  
Com Equipe DF, SP, RJ, BA

## BILHÕES EM JOGO

O debate na Câmara sobre o novo sistema de cobrança e distribuição de impostos revelou um bilionário passivo judicial e administrativo com impostos não pagos e que serão tratados nos próximos dias na proposta de Reforma Tributária. Segundo dados do Instituto INSPER, existe um passivo judicial de R\$ 7,5 bilhões. Outros R\$ 4,5 bilhões de impostos foram declarados, não pagos e já incluídos na dívida ativa da União. Este passivo gigantesco é alimentado por uma sonegação de R\$ 300 bilhões por ano pelas empresas, segundo o instituto.



## Agenda emperrada

A agenda com cinco temas definida pelo Governo para ser aprovada no Congresso este ano esbarrou em polêmicas federativas. Até agora o Palácio só aprovou o projeto Escola em Tempo Integral. A Câmara aguarda a 2ª votação do Programa de Aquisição Alimentar que reserva R\$ 500 milhões para a compra da produção de pequenos agricultores. O Arcabouço Fiscal, o voto de minerva no Carf e a Reforma Tributária importantes para o desempenho do Governo caíram no labirinto das negociações.

## Não alcoólico\$

A Associação da indústria de bebidas não alcoólicas quer retirar do texto da Reforma Tributária a previsão de alíquotas maiores para o imposto de bebidas "prejudiciais à saúde". Essa definição considerada excessivamente genérica pode incluir, na regulamentação da emenda, os refrigerantes – muitos deles com alta adição de açúcar.

## Na pista

Autodenominado coach ou guru – foi ele o protagonista há dois anos de um grupo que se perdeu numa serra paulista – o ex-presidente veivil-relâmpago Pablo Marçal corre da Polícia Federal desde ontem. Foi alvo de busca e apreensão por mau uso de dinheiro do fundo eleitoral do PROS. Especula-se entre portas que o partido doou R\$ 10 milhões à sua campanha para deputado federal, para que desistisse da candidatura ao Planalto.

Com Carolina Freitas e Sara Moreira -reportagem@colunaesplanada.com.br

## Adolfo Menezes transfere cargo e amplia transparência na AL-BA

HENRIQUE BRINCO/REPÓRTER

O deputado estadual Adolfo Menezes (PSD) transferiu o cargo de presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) para o primeiro vice-presidente, deputado José Raimundo (PT).

O petista assumirá o cargo por conta de uma viagem que Adolfo Menezes fará durante o recesso parlamentar, que acontece neste mês de julho.

A transferência de poder não contou com solenidade, apenas a assinatura do livro de posse que determina a Constituição Estadual e foi publicada na edição do Diário Oficial do Estado de ontem.

Em julho, quando acontece o recesso parlamentar, a Alba não realizará sessões em plenário ou nas comissões. A Assembleia ainda funciona em horário especial, de segunda a quinta, das 13h às 18h30.

Foi publicado também no Diário Oficial do Legislativo uma atualização referente à

Lei de Acesso à Informação. Assinado por Adolfo Menezes, o dispositivo institui, na Casa, a Comissão Geral de Informações Públicas, sob a coordenação da Auditoria e com assessoramento do Núcleo de Transparência, para normatizar e padronizar os procedimentos relacionados ao tratamento da informação, bem como acompanhar a aplicação do que dispõe o ato, apresentar relatórios periódicos, recomendar medidas para sua implementação e aperfeiçoamento.

Será de competência da Comissão, por exemplo, a classificação do sigilo de informações, no âmbito da ALBA, com aprovação do presidente, conforme termos e critérios estabelecidos pelas leis federal e estadual. O colegiado será composto pelo auditor-chefe, pelos superintendentes de Recursos Humanos, de Administração e Finanças, de Assuntos Parlamentares; e pelos chefes das assessorias de Planejamento e de Comunicação Social.

## Bruno Reis diz que "reforma tributária põe em risco a arrecadação dos municípios"

AGÊNCIA BRASIL

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), participou ontem, em Brasília, de um ato da Frente Nacional

de Prefeitos (FNP) contra o atual texto da reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional. Ele também participou de encontros da entidade com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e com o relator da reforma, deputado Aginaldo Ribeiro.

O chefe do Executivo soteropolitano defendeu a necessidade de uma reforma tributária, mas reiterou a preocupação dos gestores municipais com a perda de arrecadação para as prefeituras que ocorreria com a aprovação do atual texto. "Todos nós somos favoráveis a uma reforma tributária, mas esta matéria em tramitação põe em risco a arrecadação dos municípios, que já têm as maiores atribuições e responsabilidades. Não podemos ser penalizados", disse.

O prefeito demonstrou preocupação com a perda de autonomia arrecadatória dos municípios, já que, pela proposta, o ISS (Imposto



O PREFEITO de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), participou ontem, em Brasília, de um ato da Frente Nacional de Prefeitos

sobre Serviços de Qualquer Natureza) – principal tributo municipal – e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) seriam incorporados em um único imposto, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). "Dificultaria muito a gestão das prefeituras a perda da autonomia arrecadatória, sem a capacidade de fiscalizar, emitir os autos de infração e controlar as suas finanças", apontou.

No encontro com Lira, os prefeitos pediram que a votação da reforma seja adiada. "A Frente Nacional de

Prefeitos não foi chamada para conversar, com o ocorreu com os governadores, por exemplo. Todos entendem a importância da reforma tributária, mas é essencial que os municípios não percam arrecadação", afirmou Bruno.

O texto da reforma tributária está em debate no Congresso Nacional e a expectativa é que a proposta seja votada em breve. Além do IBS, a matéria também propõe a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que seria um imposto federal para fundir o PIS,

Cofins e IPI. A demanda da sociedade brasileira por uma reforma tributária existe há, pelo menos, três décadas. Recente estudo elaborado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), com apoio de associações setoriais da Indústria, demonstrou que o Custo Brasil consome, anualmente, das empresas cerca de R\$ 1,5 trilhão – o equivalente a 22% do PIB nacional.

Tudo indica que a reforma tributária será votada hoje na Câmara dos Deputados, capitaneada pelo deputado Arthur Lira (PP-AL).

## Tarcísio tentará convencer Bolsonaro sobre a reforma

AGÊNCIA ESTADO

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) vai procurar o ex-presidente Jair Bolsonaro para tentar convencê-lo a mudar de ideia sobre a reforma tributária. O ex-presidente tem sido a principal voz contrária à reforma e orientou que seus aliados no PL se oponham à mudança nos impostos. A bancada do PL tem 99 votos, a maior da Câmara.

A ofensiva de Tarcísio pró-reforma ocorre após o governador ter se reunido com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) nesta quarta-feira, 5, para negociar pontos que emperram o apoio de São Paulo à reforma. Segundo relatos, ambos se comprometeram em negociar um texto de acordo ainda hoje que libere o tema para votação na Câmara até sexta-feira, 7.

A conversa do governador com Bolsonaro ocorreu ontem, quando as principais lideranças do PL se reuniram para falar da reforma e também do cenário eleitoral.

Tarcísio tem dito a diferentes interlocutores, nos últimos dias, ser favorável à re-

forma e que é preciso fazer ajustes no texto para que a proposta tenha o apoio de São Paulo.

Nesta quarta, ele conversou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com o cacique do PL, Valdemar Costa Neto, e deve se reunir ainda com parlamentares do Republicanos, seu partido, para sublinhar a mesma mensagem.

Assessores já foram avisados de que Tarcísio pretende ficar até sexta-feira em Brasília para acompanhar a votação, caso seja necessária, numa demonstração de que ele está comprometido com a reforma.

Segundo apurou o Estadão, Tarcísio quer mostrar a Bolsonaro que a reforma foi gestada em seu governo. As PECs 45 e 110, que são a base da atual reforma, datam de 2019, primeiro ano do mandato de Bolsonaro. Por isso, não faria sentido ser contra.

Tarcísio já disse que enxerga o PL, assim como o Republicanos, como siglas mais pró-mercado e que por isso não podem se opor à reforma, uma vez que a maior parte do setor privado é favorável à mudança tributária.

## Por que o Conselho Federativo está dividindo os Estados?

AGÊNCIA ESTADO

A reforma tributária (PEC 45) que está sendo discutida no Congresso aborda, entre outros pontos, a substituição de dois tributos federais (PIS e Cofins) por uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), gerida pela União, e de outros dois tributos (ICMS e ISS) por um imposto sobre Bens e Serviços (IBS), gerido por estados e municípios. Para administração deste último tributo, o texto prevê a criação de um Conselho Federativo, que tem sido um dos principais pontos de divergência entre os governos estaduais.

O órgão, que é um dos pilares da mudança do sistema de cobrança de impostos, ficaria responsável por gerir a arrecadação do IBS, que é o imposto sobre consumo. Esse conselho, que seria formado por representantes de Estados e prefeituras, permite que os créditos tributários acumulados ao longo da cadeia produtiva sejam pagos. A reforma tem como critério a "não cumulatividade plena", ou seja, o imposto é pago uma vez e descontado nas etapas seguintes da produ-

ção.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, entretanto, se opôs ao formato proposto ao conselho, criticando o que considera uma concentração de poder excessiva no órgão. Na avaliação do governador, a proposta tira autonomia dos Estados para definir a aplicação dos recursos recolhidos com a tributação.

Tarcísio ainda defende que o Estado de São Paulo deveria ter mais peso nas deliberações, sugerindo que os votos levassem em conta a população de cada Estado. Governadores de Estados do Sul e do Sudeste, além do Mato Grosso do Sul, se juntaram na defesa de aumentar o seu poder de decisão no Conselho Federativo.

A proposta de São Paulo é manter uma cobrança descentralizada. A ideia é que o imposto arrecadado seja direcionado ao Estado de origem da mercadoria. Esse modelo liderado por Tarcísio é rejeitado por alguns governadores, como Rafael Fonteles, do Piauí. Fonteles disse acreditar que a posição majoritária entre os Estados é de apoio a um modelo de arrecadação centralizada.

## PONTO DE VISTA

Joaci Góes



## O algoz de si mesmo

A o eminente amigo e grande Presidente Michel Temer.

No livro A inveja nossa de cada dia, como lidar com ela, dedicamos

um capítulo à Auto inveja, teoria desenvolvida pelo psicanalista canadense, nascido na Venezuela, Rafael E. Lopez-Corvo (1934-), em que explica as razões que levam personalidades criativas a promoverem a própria destruição. Segundo ele, a compreensão da auto inveja é indispensável para o entendimento de algumas posturas emocionais derivadas do inconsciente. Trata-se, portanto, de um instrumento útil para examinar a arquitetura de nosso mundo interior. So quando compreendemos que nosso mundo interior é formado pelas múltiplas e complexas interações dessas diferentes e polivalentes partes do nosso 'eu', é que passamos a compreender porque um desalentado aspecto de nós é capaz de invejar outro elemento interno, criativo ou idealizado. Do mesmo modo que as personagens se movimentam em nossos sonhos com autonomia, não raro, fazemos o que não queremos, porque temos ou nos

são desagradáveis, estas partes despeitadas de nosso eu agem com autonomia em relação àquelas cuja criatividade invejam. E como se fossem um maestro regendo uma orquestra em que os nossos sentimentos são os instrumentistas. O surdo, o baixo ou o pandeiro, eventualmente, invejosos do brilho solitário dos solos dos violinos ou das clarinetas, perturbam sua execução, danificando-os. Lopez-Corvo apoia sua teoria no pensamento psicanalítico de gente como Aristóteles, Freud, Otto Rank, Melanie Klein, Hanna Segal, Donald Meltzer, Joseph Berke.

A autonomia desta máfia dos sentimentos se processaria de modo semelhante à dos "atos falhos" que, exprimindo nosso desejo inconsciente, escapam ao controle de nosso comando racional. O vizinho disse "meus parabéns", à viúva, quando queria dizer "meus pesames", demonstrando, involuntariamente, antipatia pelo morto. O rapaz chamou a namorada de "mamãe", verbalizando seu complexo de Édipo. O presidente disse, na abertura do seminário, "declaro encerrada a sessão", revelando seu desgosto pela realização do evento, quando deveria ter

dito "declaro aberta a sessão", e assim por diante.

Aos exemplos citados por López-Corvo da ação desenvolvida da auto inveja, como a morte prematura dos Papas João Paulo I e Papa Alexandre de Medici, poucos dias depois de proclamados, podemos acrescentar a mortal septicemia que matou Tancredo Neves, no dia de sua posse no desejado cargo de presidente da República. Igualmente, a auto inveja explicaria a cegueira parcial de James Joyce, autor de Ulysses, ou a cegueira total do escritor argentino Jorge Luis Borges. A surdez de Ludwig von Beethoven pertenceria à mesma linhaagem da auto inveja. López-Corvo, apoiado em abundante casuística psicanalítica, aceita que apenas uma percentagem desses casos seja atribuída ao destino ou ao acaso. Não residiria aí a explicação dos conflitos mentais experimentados por ilustres alcoólatras, drogados, suicidas ou portadores de outros sentimentos autodestrutivos, como Van Gogh, Baudelaire, Coleridge, Poe, Lord Byron, Robert Louis Stevenson, Conan Doyle, Schumann, Virginia Woolf, Aldous Huxley, Hemingway, Vinícius de Moraes, Baden Powell, Noel Rosa, Nelson Rodrigues, João Ubaldo Ribeiro, Maradona, Helene de Freitas, Steve Jobs, Garrincha, Björn Borg, e tantos outros?

Em outras palavras: a auto inveja resultaria do ataque agres-

sivo e direto de impulsos invejosos, incessantemente desferidos por uma parte narcísica, contra a parte boa e criativa do 'eu'. Os gregos simplificaram o entendimento desta multifária vocação individual, atribuindo aos indivíduos várias almas, cada uma delas responsável por uma tendência. Dante, refletindo o pensamento católico, condenou, na Divina Comédia, "aquela errônea crença que afirma haver em nós uma alma dentro de outra alma embutida".

Em suma: a auto inveja seria atribuída de uma gang mafiosa, integrada por maus sentimentos, cujo propósito central é o de controlar as partes boas do 'eu', tirando-as através de ameaças, coerção, manipulação, sedução, fraude ou logro, conduzindo à autodestruição. É o grande obstáculo que os indivíduos criativos precisam superar para serem felizes. A esse desejo inconsciente de morrer e de autodestruição a psicanálise clássica denomina "pulsão de morte" e "neurose de fracasso".

Esse longo preâmbulo vem a propósito da autodestruição do Presidente Bolsonaro, na sequência de uma histórica vitória, em exclusiva aliança com o desejo popular, tendo realizado um governo substancialmente bom. Matou-se a golpes certos de incontinência verbal. Se tivesse falado à Nação, através de porta-voz, estima-se que teria sido reeleito com esmagadora maioria.